



Cabinda e Nossa Sra. Rainha do Mundo

# **Eleições Presidenciais de 2017**

## **Perigo para Angola, Cabinda e África**

• Berna / Suíça, 13 de Outubro de 2016 •

Bartolomeu Capita  
Shambu Tchĩ N'kula Si Bäsema Ka'Ptah

C/o Y. Böhler & M. Moser  
Brüggbühlstrasse 30a / 3172 Niederwangen - Suíça  
Email: [cabinda.independent@gmail.com](mailto:cabinda.independent@gmail.com) / Tel.: +41 (0) 765 178 321



— ● —

## MOVIMENTO NACIONAL CABINDA

Reflexão à disposição dos ilustríssimos Senhores

Presidente, Eng. José Eduardo dos Santos,

Dr. Raúl Tati, Eng. José António M. Patrocínio,

Dr. Marcolino Moco, Dr. Abel Chivukuvuku,

Dr. Filomeno Vieira Lopes, Dr. José Marcos Mavungo,

Dr. Makuta Nkondo, Dr. Isaiás Ngola Samakuva, e

Sua Alteza Real, Senhor Dom Duarte de Bragança.

# Conteúdo

Aspectos que viciam o carácter democrático das Eleições.....	5
Afastar José Eduardo dos Santos e o MPLA do poder.....	7
Justificação do afastamento.....	7
Procedimento.....	8
Nacionalização do afastamento.....	8
Substituir José Eduardo dos Santos e o MPLA.....	9
As eleições de 2017 não ajudam Angola e África.....	10
Nações que reconheceram o Estado Livre do Kongo.....	11
Calculados incidentes pre- ou pós-eleições.....	12
Utilização criminosa do Estado e da economia.....	13
Contra a democracia e o desenvolvimento.....	14
Dívida externa contraída por J.E.S. / MPLA.....	15
Método frequentemente em uso para anular os riscos.....	17
O desenvolvimento integral da raça Etíope é temido.....	18
Conspirações que proíbem o bem-estar Afrikano.....	19
Bibliografia.....	21

Ilustríssimos Senhores,

Peço-vos o subido favor de prestardes devida atenção à reflexão que nós, Movimento Nacional Cabinda (MNC), fazemos a respeito das eleições presidenciais angolanas agendadas para o próximo ano (2017) e, por fim, abraçardes, das duas conclusões que emanam dessa reflexão, a que vos parecer a mais apropriada para que os povos de Cabinda, de Angola, e de África recobrem finalmente as respectivas soberanias políticas.

Para além de ser legalista, legitimista e soberanista, o Movimento Nacional Cabinda é um inveterado pan-Africanista, isto é, defende ao mesmo tempo os interesses supremos da nação Cabinda assim como os da universal raça Etíope (i.e. preta). A reflexão do MNC sobre as eleições angolanas previstas para 2017 enquadra-se num conjunto de reflexões e investigações sobre a extinção absoluta da raça Etíope planeada e a ser levada a cabo pelas potências mundialistas que, aparentemente, não são outras senão as que ontem invadiram a África, cometeram regicídios, escravizaram as populações desprovidas de seus reis e elites dirigentes, saquearam com furor as riquezas do continente, e que hoje supervisionam a aniquilação total da raça Etíope por forma a apropriarem-se eternamente de tudo quanto é *Kamita* (Egípcio, Afrikano, Preto).

Os povos de Angola têm o direito sagrado de alçarem como seu guia ou dirigente supremo (i.e. chefe de estado) alguém de sua livre escolha. Inversamente, eles têm o direito de destituir o líder supremo que não tem ou deixou simplesmente de ter respeito pelo *Contrato Social*, que este seja explícito ou implícito. Já que o sistema de poder hereditário deixou lugar ao actual sistema democrático, i.e. sistema de poder pelo voto popular, é aconselhável que se destitua o Presidente José Eduardo dos Santos pela via democrática. É verdade que as eleições presidenciais agendadas para 2017 estão em perfeita harmonia com o princípio democrático. Todavia, importa prestarmos atenção não só aos aspectos que viciam o carácter democrático dessas eleições, mas também à conspiração mundialista, a fim de darmos conta do inferno em que tais eleições são susceptíveis de culminar. Daqui, cabe aos nacionalistas Angolanos (letrados ou não) escolherem entre as eleições de 2017 e um simples *impeachment*, isto é, um *regime change* negociado e implementado sob os auspícios dos países protagonistas da Conferência de Bandung (Ásia-África) de 1955.

## Aspectos que viciam o carácter democrático das Eleições

Importa saber que a natureza democrática das eleições presidenciais angolanas é inteiramente viciada por um punhado de aspectos relativos à descolonização portuguesa em 1974-75. Vamos aos factos! De harmonia com o direito internacional, Portugal cometeu violações gravíssimas dos padrões jurídicos internacionais ao longo do processo de descolonização dos então chamados territórios ultramarinos. Em vários instrumentos do direito internacional, existem avaliações e observações importantíssimas acerca da descolonização portuguesa feitas por académicos imparciais. A *Enciclopédia do Direito Público Internacional*, por exemplo, faz-nos saber o seguinte:

Firstly, the Portuguese decolonization did not respect the right to self-determination, since in no case were the decolonized peoples consulted concerning their future, in pursuance of the UN General Assembly Resolution 1514 (XV) of 14 December 1960.

Secondly, the error was made of mistaking territories under colonial domination with overseas territories discovered and peopled by Portugal, such as the archipelagos of Cap Verde and Sao Tome and Principe, which should have been given the same status as the archipelagos of Madeira and the Azores, concerning which the question of decolonization never arose.

Apart from this, the criteria used in the choice of the liberation movements with which to negotiate the independence of the African territories were very subjective. (...) An intention of transferring political power to those movements which at the time claimed to be followers of Marxism-Leninism and were dependent on the Soviet bloc is clearly evident here.<sup>1</sup>

Afinal, as violações gravíssimas dos padrões jurídicos internacionais cometidas por Portugal aquando da descolonização foram premeditadas, isto é, intencionais. A decisão do Estado português que consistiu e ainda consiste em frustrar a ascensão de Cabinda à independência, apesar do que está plasmado no Tratado de Simulambuco (1885) e na Constituição Portuguesa de 1933-1976, é deliberada. A decisão do Estado português

---

<sup>1</sup> Dr. Fausto de Quadros, *Decolonization: Portuguese Territories*, in: R. Bernhardt (ed.), *Encyclopedia of Public International Law*, Volume I (1992); p. 990.

que consiste em fazer tudo a fim de perpetuar Angola sob a liderança de uma oligarquia cleptocrata, não obstante a miséria repugnante na qual a maioria dos filhos e filhas de Angola são forçados a vegetar, é igualmente deliberada. São decisões deliberadas, visto que foram e continuam a ser determinadas por propósitos mundialistas nos quais a existência da raça Etíope é totalmente excluída.

Se permitirmos que se realizem, as eleições presidenciais angolanas previstas para 2017 serão tudo excepto democráticas. Assim será, pois o Estado Português do pós-regime do Dr. Salazar é um Estado marioneta ao serviço dos fanáticos da supremacia racial (branca) que, segundo tudo quanto se vê, estão em vias de impor não só um único governo mundial e uma única religião mundial mas também uma única raça mundial, i.e. a raça branca. Já que preconiza um sistema despótico, teocrático e racista (anti-raça Etíope), a conspiração mundialista é, sem dúvida, a principal inimiga dos povos de Angola, Cabinda e África. Por conseguinte, a tarefa vital que neste momento se impõe aos nacionalistas Angolanos, Cabindas e Afrikanos é a de resgatar Angola, Cabinda e o continente Afrikano das garras do punhado de conspiradores mundialistas.

The European Union is controlled by corporate interests whose chief goal is to conquer the world using political, economic and—if necessary—military force. Towards this end, they are systematically destroying the democratic legal system in all regions of the world, including Africa, and are replacing it with Nazi-fascist dictatorial law.<sup>2</sup>

Thus, the history of mankind for the past three thousand years has been the history of struggle between the fair-skinned descendants of Shem and the darker-skinned descendants of his brother, Ham, yet you will not find this struggle defined in any historical work.<sup>3</sup>

L'individu est handicapé de se retrouver face à une conspiration si monstrueuse qu'il ne peut croire qu'elle existe.<sup>4</sup>

Western Europe's very existence depends on the resources of Africa and the continued control exercised by the Western European powers over the African continent.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> See Dr. Rath Health Foundation, *The Nazi Roots of the 'Brussels EU': What You Always Wanted to Know about the 'Brussels EU'—But No One Dared to Tell You*, 19 and 28.

<sup>3</sup> Eustace Clarence Mullins, *The Curse of Canaan*.

<sup>4</sup> J. Edgar Hoover, head of the FBI.

<sup>5</sup> Declaração do Dr. Paulo Cunha, Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, em diálogo com o seu homólogo Norte Americano, o respeitável John Foster Dulles; *Foreign Relations of the United States, 1955–1957, Volume XXVII, Western Europe and Canada, Document 148: Memorandum of a Conversation, Department of State, Washington, November 30, 1955*. [<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1955-57v27/d148>].

## **Afastar José Eduardo dos Santos e o MPLA do poder**

Considerando a gravidade da ameaça que a conspiração mundialista representa, a salvação de Angola e Cabinda passa necessariamente pelo afastamento de José Eduardo dos Santos, assim como os filhos e filhas dos membros da oligarquia MPLA, do poder. Que os interesses legítimos da esmagadora maioria nacional Angolana e Cabinda possam finalmente superar os interesses individuais e corporatistas.

Já que o Estado angolano simbolizado pelo MPLA é ao mesmo tempo ilegal e ilegítimo, por ser uma entidade mercenária moldada por Portugal e exclusivamente ao serviço de entidades mundialistas; e dado que este Estado é fundamentalmente corrupto e opressor; a promoção do respeito universal pelo direito inalienável de cada Angolano e Cabinda à vida, à liberdade e à segurança pessoal, assim como pelo direito dos Angolanos e Cabindas à auto-determinação e à soberania permanente sobre as suas riquezas e recursos naturais, coloca como *sine qua non* o afastamento de José Eduardo dos Santos e o MPLA da gestão política.

### **Justificação do afastamento**

A opinião pública nacional (Angolana e Cabinda) e a opinião pública internacional devem estar a par dos elementos ou factos que justificam a indispensabilidade da deposição do Presidente José Eduardo dos Santos e o MPLA. O afastamento justifica-se, visto que o regime do MPLA é uma fabricação de Portugal e posto ao serviço de interesses alheios aos dos Angolanos e Cabindas; o afastamento justifica-se, já que a elite política, militar e comercial do MPLA não faz, desde 1975, senão uma utilização criminosa do Estado e da economia tanto em Angola como em Cabinda; o afastamento justifica-se, pois o Estado angolano representado pelo MPLA tem a violência, a repressão, a propaganda, a corrupção e a cleptocracia (ou governo pelo roubo) como características principais; e, para terminar, o afastamento justifica-se, já que aos soberanos filhos e filhas de Angola e Cabinda cabe o direito absoluto de trazer à luz e instalar os governos nacionais competentes e íntegros que desejam e merecem.

## **Procedimento**

O método ou procedimento o mais apropriado para o afastamento de José Eduardo dos Santos e o MPLA da gestão política deve inscrever-se no princípio de *win-win problem solving*, o qual estipula que as partes em dissensão saiam vitoriosas, isto é, que todas tenham algo a ganhar. Em vista da extinção absoluta da raça Etíope que a conspiração mundialista traz consigo, para que as duas partes envolvidas tenham algo a ganhar, o afastamento deve ser uma transição política (*regime change*) negociada e reconciliadora. Optar por esse procedimento é dizer “NÃO” às políticas de *regime change* teleguiadas por entidades estrangeiras, e “NÃO” a exílios forçados de autocratas Afrikanos destituídos. Optar por esse proceder é derrotar as intenções maliciosas das nações mundialistas (imperialistas), neo-colonialistas e racistas. Optar por esse método é evitar que Angola e Cabinda sejam mergulhadas em convulsões sócio-políticas susceptíveis de ocasionar uma situação muito mais caótica do que aquela reinante no Kongo do pós-ditador Mobutu. Optar por esse procedimento é mostrar às outras nações Afrikanas a via segura rumo à unidade e à perenização da raça Etíope no tempo e no espaço.

## **Nacionalização do afastamento**

Desde o momento em que é feita por via de negociação, a destituição (ou afastamento) de José Eduardo dos Santos e o MPLA passa a ser um evento histórico nacional e continental por ter a vocação de reaproximar os mais diversos povos e estratos sociais que constituem tanto a nação Angolana como a nação Cabinda. Nacionalizar o afastamento é fazer tudo para que os protagonistas do regime deposto permaneçam no país e que uma segurança nacional ajustada lhes seja garantida. Há nacionalização do afastamento a partir do momento em que a elite do regime destituído aceita contribuir no desenvolvimento global de Angola e Cabinda, graças ao repatriamento e ao investimento nesses países dos fundos desviados ao longo do reinado do MPLA. Contribuição desse tamanho tem o poder de sarar as feridas sócio-políticas e de originar uma identidade nacional, isto é, um “Nós,” impossível de rachar ou demolir.

**N.B.:** É de suma importância que o afastamento do Presidente Dos Santos se faça sob os auspícios das Nações protagonistas da Conferência ÁSIA-ÁFRICA que teve lugar em Bandung (Indonésia) entre 18 e 24 de Abril de 1955: Afeganistão, Birmânia, Camboja, Ceilão ou Sri Lanka, República Popular da China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, Vietnã, Tailândia, Arábia Saudita, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria, Turquia, Costa do Ouro ou Gana, Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão.



## Substituir José Eduardo dos Santos e o MPLA

Urge assinalar por quem José Eduardo dos Santos e o MPLA devem ser substituídos. Em princípio, devem ser substituídos por pelo menos um dos partidos da oposição e respectivo dirigente. Porém, se considerarmos a transcendência dos interesses da raça Etíope no contexto geopolítico de hoje, no qual a premeditada extinção absoluta da raça Etíope é iminente, a criatura mais indicada para substituir José Eduardo dos Santos, assim como o MPLA, não é outra senão o corpo resultante da composição por aglutinação entre a totalidade dos povos de Angola e os partidos políticos existentes até ao momento. Em Cabinda, eles devem ser substituídos por uma entidade nacional resultante da fusão entre os povos de Cabinda e os movimentos de libertação que resistiram à ocupação ilegal e ilegítima Luso-Angolana. Em vista da malícia e agressividade que caracterizam os arquitectos da conspiração mundialista, nenhum presidente ou chefe de Estado Afrikano é suficientemente robusto, alerta e astuto para desafiar e derrotar a implacável conspiração mundialista.

Para defenderem eficientemente o continente Afrikano, de que são ao mesmo tempo indígenas e proprietários em virtude do direito à soberania permanente sobre as suas riquezas e recursos naturais,<sup>6</sup> e conseguirem criar a capacidade de preservar as gerações futuras do extermínio total que os autores da conspiração mundialista levam a cabo desde há pouco mais de três mil anos, é urgente que os Estados Afrikanos passem a ser e a chamar-se *Congresso Nacional dos Povos de Angola*, no caso de Angola; *Congresso Nacional dos Povos de Cabinda*, no caso de Cabinda; e assim por diante. Chamado a substituir José Eduardo dos Santos e o MPLA, o *Congresso Nacional dos Povos de Angola* torna prescindível as funções de “Presidente” e “Ministro” para enfatizar a conveniência e excelência, em África, das de “Presidência” e de “Ministérios.” Ambos, a *Presidência* e os *Ministérios*, devem ter representantes (comissários) oriundos de cada um dos vários povos que constituem a nação Angolana.

Não há instituição melhor do que o *Congresso Nacional dos Povos de Angola* para corajosamente fazer valer, neste tão turbulento momento da história, os regulamentos internacionais segundo os quais: (1) A sujeição de povos à subjugação, exploração e domínio estrangeiros constitui uma

---

<sup>6</sup> Resolução 1803 (XVII) adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 14 de Dezembro de 1962; Cf.: [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_21/IIIPAG3\\_21\\_2.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_21/IIIPAG3_21_2.htm)

negação dos direitos “humanos” fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da promoção da paz e cooperação mundiais; (2) Todos os povos têm o direito à autodeterminação e podem, em virtude deste direito, determinar livremente o seu estatuto político e prosseguir livremente o seu desenvolvimento económico, social, assim como cultural.<sup>7</sup> É imperioso que as línguas dos povos de Angola possam afirmar-se como oficiais por forma a intensificar a “cumplicidade” política entre as zonas rurais e urbanas. O uso de um alfabeto Afrikano existente (e.g. o Etíope) para a escrita dessas línguas é imprescindível. Servindo-se dessas línguas oficiais, a divulgação pelo *Congresso Nacional dos Povos de Angola* e o conhecimento satisfatório pelos povos de Angola das mais sublimes aspirações individuais e colectivas enunciadas na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948; no *Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais* de 1966; e no *Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos* de 1966, tornam-se realidade num lapso de tempo. Livremo-nos das democracias exógenas, que não fazem senão retrogradar-nos, e adotemos democracias endógenas.

### **As eleições de 2017 não ajudam Angola e África**

As eleições presidenciais agendadas para 2017 põem Angola e África em perigo, pois a probabilidade de culminarem numa situação mil vezes mais sangrenta do que o **27 de Maio de 1977** é fortíssima. A aprovação ou não dessa leitura depende do quanto sabemos ou não acerca da cruel conspiração mundialista. Nesta fase tão crítica na história da raça Etíope espalhada pelo mundo inteiro, o ideal é cancelar pura e simplesmente as eleições em questão e fazer tudo quanto é possível para que a destituição de José Eduardo dos Santos e o MPLA se faça no quadro duma transição política negociada e reconciliadora. Ou somos lúcidos e aceitamos pôr os interesses pessoais acima dos da maioria nacional e dos da raça Etíope a que pertencemos, ou concordamos que a brutal conspiração mundialista

---

<sup>7</sup> Resolução 1514 (XV) adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 14 de Dezembro de 1960; Cf.: [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_21/IIIPAG3\\_21\\_1.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_21/IIIPAG3_21_1.htm)

torne Angola (e Cabinda) num autêntico *Estado Livre do Kongo*, e faça da África um verdadeiro *Estado Livre da África*.<sup>8</sup>

### **Nações que reconheceram o *Estado Livre do Kongo***

O tristemente célebre *Kongo Free State* (ou “Estado Livre do Kongo”), conhecido como propriedade pessoal do delinquente monarca Belga entre 1877 e 1908, i.e. Leopold II, é a melhor ilustração do que a conspiração mundialista pretende fazer da bacia do Kongo e África por intermédio do casal *Isabel dos Santos - Sindika Dokolo*, intencionalmente enriquecido para este propósito.<sup>9</sup> Há, porém, intelectuais alienados ou simplesmente imberbes que julgam não ser possível, em pleno século XXI, que nações alegadamente civilizadas e democráticas venham a reconhecer política e diplomaticamente um *Estado Livre da África*. É de deplorar, visto que a história não nos esconde quem o faria ou está prestes a fazê-lo. Vejamos a lista das entidades que reconheceram, com excessiva euforia, o *Estado Livre do Kongo*.

Os **Estados Unidos da América** são indicados como sendo a primeira grande potência a reconhecer o *Estado Livre do Kongo*, numa convenção assinada em 22 de Abril de 1884. A 8 de Novembro de 1884, a **Alemanha** imitou os EUA reconhecendo a bandeira do *Estado Livre do Kongo* como a de um Estado amigo. Igual reconhecimento foi pouco depois acordado pela **Grã-Bretanha** a 16 de Dezembro de 1884. Três dias mais tarde, isto é, a 19 de Dezembro, a **Itália** decidiu subscrevê-la. A **Áustria-Hungria** faz o mesmo em 24 de Dezembro; e a **Holanda** em 27 de Dezembro. No ano seguinte, isto é, 1885, mais oito nações, ditas civilizadas e democráticas, decidiram legalizar o *Estado Livre do Kongo*. Trata-se da **Espanha**, a 7 de Janeiro; da **França** e **Rússia**, a 5 de Fevereiro; da **Suécia** e **Noruega**, a 10 de Fevereiro; de **Portugal**, a 14 de Fevereiro; e da **Dinamarca** e **Bélgica**, a 23 de Fevereiro. Antes do fim da Conferência de Berlim sobre a bacia do Kongo que teve lugar entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, a bandeira do *Estado Livre do Kongo* foi formalmente autenticada como a de um Estado soberano por todas as nações presentes, excepto a **Turquia**.

---

<sup>8</sup> Os seguintes vídeos dão-nos uma ideia muito precisa da pilhagem brutal e genocídio dos Afrikanos que os Estados Livres do Kongo, de Angola ou da África trazem consigo: [\[https://youtu.be/ayPvqCL7UPs\]](https://youtu.be/ayPvqCL7UPs) e [\[https://youtu.be/pl3duSGFK2c\]](https://youtu.be/pl3duSGFK2c).

<sup>9</sup> Bartolomeu Capita, *Save the Congo to Stop World War III*, CreateSpace Independent Publishing Platform, USA (2016), pp. xxiii, xxxiii, 215.

## **Calculados incidentes pre- ou pós-eleições**

De entre os factores que preconizam a anulação pura e simples das eleições previstas para 2017, priorizando a transição política negociada e reconciliadora, sublinhemos a *guerra santa* por intermédio da qual a elite mundialista Ocidental deseja salvar o planeta Terra, eliminando 85% da população actual. Eustace C. Mullins, já mencionado, diz que “a história da humanidade ao longo dos últimos três mil anos é a história da guerra entre a raça branca descendente de Shem e a raça preta descendente de seu irmão, Ham.” Sabendo que até ao século XVIII a Europa foi regida por monarcas, intelectuais, banqueiros e eclesiásticos de raça Etíope, i.e. preta, e mestiços; e constatando que os nativos Europeus de raça Etíope desapareceram totalmente, isto é, substituídos pela raça branca; é justo concluir que a elite mundialista Ocidental visa exterminar os Afrikanos e substituí-los pela suposta “raça Ariana” (i.e. raça branca acima de todas as outras brancas).

Devido a seus imensos recursos naturais, sobretudo petróleo, ouro, coltan, diamantes, urânio, água, flora, fauna, etc., o continente Afrikano é, hoje em dia, teatro dos mais mortíferos conflitos armados e roubo que a humanidade jamais conheceu. A feroz disputa entre a elite mundialista Ocidental, que deseja apropriar-se da África eliminando a raça indígena, e a cada vez mais poderosa China (Ásia), que também morre de amor por tudo quanto é Afrikano, não permite augurar nem eleições transparentes e livres nem ausência de incidentes insignificantes de natureza endógena ou exógena, porém, susceptíveis de produzir pretextos para intervenções militares estrangeiras. As eleições previstas para 2017 são, para Portugal mundialista, uma grande oportunidade para instigar todas as versões de crimes raciais por forma a motivar e justificar o envio de contingentes da OTAN sob a égide da União Europeia, ou mesmo das Nações Unidas. É frequente as nações mundialistas servirem-se das intervenções militares para obterem a submissão dos candidatos graças à chantagens, ou para garantirem segurança discreta e vitória ao candidato mais corrupto.

O direito internacional estabelece que a descolonização portuguesa sofreu de graves violações de normas jurídicas internacionais. A verdade é que, em vez de descolonizar, Portugal fez tudo para salvaguardar a sua influência racista, imperialista e neo-colonialista tanto em Angola como em Cabinda. Fê-lo em nome da Europa mundialista e por intermédio do predilecto MPLA. A fim de viabilizar a usurpação do poder pelo MPLA em 1975, o delinquente Almirante português António Alva Rosa Coutinho, na sua carta datada de 22 de Dezembro de 1974, encoraja o presidente do MPLA, Dr. Agostinho Neto, a dar instruções secretas aos militantes do MPLA no sentido de aterrorizarem os “Branços” (emigrantes portugueses) por todos os meios ao alcance, matando, pilhando e incendiando, sendo

sobretudo cruéis com as crianças, as mulheres e os velhos por forma a desanimar os mais corajosos.<sup>10</sup>

### **Utilização criminosa do Estado e da economia**

Para atingir os seus objectivos abjectos, de entre os quais a extinção exaustiva da raça Etíope e a eliminação de 85% da população mundial, a elite mundialista Ocidental tem como doutrina a utilização criminosa do Estado e da economia em países vulneráveis, ou por estes serem fracos ou por terem líderes corruptos ou simplesmente predispostos à corrupção. A utilização criminosa do Estado e da economia, por intermédio de líderes corruptos, prova ser a doutrina predilecta dos mundialistas porquanto a sua implementação garante os resultados desejados. É esta doutrina que os movimentos anti-mundialistas, no Ocidente e não só, estão a chamar “guerra secreta contra os povos” em todas partes do mundo. A definição exaustiva do mundialismo emana do Prof. Dr. Pierre Hillard no seu livro *Chroniques du Mondialisme* e suas conferências, particularmente *Histoire Secrète de l'Oligarchie Anglo-Américaine* e *Comprendre le Nouvel Ordre Mondial*.<sup>11</sup> Digamos que o mundialismo é um fanatismo ao mesmo tempo ideológico e religioso que preconiza um mundo com uma única religião e uma única raça (a Ariana ou branca), e uma sociedade com apenas duas classes, i.e. a dos *escravos* e a dos *proprietários de escravos*.

A guerra secreta contra os povos está em curso desde há pouco mais de três milénios. Para as variadas tribos de raça branca tratou-se apenas de uma guerra secreta exclusivamente contra os povos de raça Etíope ou preta, donde a indiferença da raça branca na sua maioria. Porém, finda a Guerra Fria com a queda do muro de Berlim em 1989, cidadãos e povos de raça branca começaram a realizar que eram discriminados por outros brancos. E investigações após investigações, chegaram à triste conclusão

---

<sup>10</sup> [<http://ppmbraga.blogspot.ch/2012/02/carta-do-rosa-coutinho-ao-agostinho.html>].

<sup>11</sup> Histoire secrète de l'oligarchie anglo-américaine: [<https://youtu.be/194ILEK9akg>] e Comprendre le nouvel ordre mondial: [<https://youtu.be/QsOrmoFqTY8>].

que eram vítimas da guerra secreta contra os povos da mesma maneira que os homens e mulheres de raça Etíope. “Afinal,” aperceberam-se, “os 85% da população mundial a ser massacrada engloba, para além da raça preta, particulares povos de raça branca!” A indignação que esta verdade provocou e continua a provocar em países como a França, a Alemanha, os Estados Unidos da América, e não só, está a dar origem a movimentos anti-mundialistas cada vez mais imponentes. O propósito desses brancos indignados é denunciar a falsificação da história feita pelos mundialistas; revelar a identidade desses últimos e denunciar os projectos e práticas monstruosas de que são autores; libertar os respectivos líderes políticos da influência perversa dos mundialistas (instituições financeiras e outras corporações); e, por fim, restaurar a monarquia e o Catolicismo.

Os objectivos infames da *Nova Ordem Mundial* e o mundialismo que o caracteriza, de entre os quais a pulverização total da raça Etíope e 85% da população global, têm como sine qua non, para serem alcançáveis, a utilização criminosa do Estado e da economia. É graças à essa utilização que a conspiração contra a saúde, i.e. a guerra secreta contra os povos servindo-se do sector da saúde, se torna viável. Neste âmbito, é de suma importância saber das investigações e conferências da erudita francesa Claire Séverac, uma admirável (r)evolucionária e autora do livro *Complot Mondial contre la Santé*, através do qual ela comparte a sua análise sobre o sector da saúde e da alimentação que nos envenenam diariamente por meio de substâncias tal como as vacinas ou os aditivos alimentares, e.g. glutamate monosódico. Quanto às *vacinas-veneno* que até ao momento já mataram 7 milhões de crianças em África, o multimilionário Bill Gates é também denunciado por Claire Séverac.<sup>12</sup>

## **Contra a democracia e o desenvolvimento**

A elite mundialista Ocidental tem uma aversão absoluta tanto pela democracia como pelo desenvolvimento integral em África. É lógico, visto que não há compatibilidade possível entre o projecto vil que consiste em assassinar 85% da população mundial e a luta Afrikana pela democracia e pelo desenvolvimento global. Por conseguinte, nenhum dos candidatos à presidência é suficientemente livre, tanto cultural, política, financeira e espiritualmente, para superar José Eduardo dos Santos em tudo quanto empreendeu enquanto presidente da República de Angola. Por mais que esses candidatos queiram! A poderosa elite mundialista Ocidental não é

---

<sup>12</sup> Claire Séverac é também autora do livro *La Guerre Secrète Contre les Peuples*; veja as suas conferências [<https://youtu.be/hlklGE4ko3U>] e [<https://youtu.be/j2tRX5O-bs4>].

a favor de candidatos que queiram uma democracia genuína em Angola e queiram um verdadeiro bem-estar dos Angolanos. O candidato bendito, na lógica dessa elite perversa, é alguém suficientemente dócil (submisso, corrupto) para preservar a utilização criminosa do Estado e da economia a herdar de José Eduardo dos Santos. Corrompe-se um indivíduo, e até uma família, mas jamais uma nação na sua totalidade! Ou optamos pelo *Congresso Nacional dos Povos de Angola*, pelo *Congresso Nacional dos Povos de Cabinda*, pelo *Congresso Nacional dos Povos do Kongo*, e assim sucessivamente, ou a raça Etíope deixa de existir!

### **Dívida externa contraída por J.E.S. / MPLA**

À diferença da democracia que é uma forma de governo no qual a soberania pertence ao povo, a cleptocracia (ou governo pelo roubo) é uma forma de governo no qual os meios de subsistência nacionais, isto é, as riquezas e recursos naturais, pertencem ao ditador. A elite mundialista não pode ter outra preferência senão a cleptocracia, pois esta permite a utilização criminosa do Estado e da economia, o que equivale a dizer que autoriza a guerra secreta contra os povos de Angola, Cabinda, Kongo, etc. Privar os povos de Angola e Cabinda de seus meios de subsistência é a pior das inúmeras versões da guerra secreta contra os povos que visam destruir a raça Etíope e matar 85% da população mundial.

As instituições monetárias internacionais, tal como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e nações muito poderosas como os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a China, etc., concederam milhares de milhões de dólares americanos em empréstimos ao regime insolvente do ditador José Eduardo dos Santos. E isto, apesar de saberem que as somas astronómicas concedidas ao tirano do MPLA vão exclusivamente para bolsos de governantes portugueses e para os dos amigos e membros da família José Eduardo dos Santos. Pelo menos 70% da dívida externa de Angola foi canalizada para a corrupção. Quem embolsou? Sem dúvida, os beneficiários dos créditos, que não são outros senão os amigos e familiares do ditador, sem esquecer Portugal, e os próprios fornecedores de fundos. Resultado, os Cabindas vão fazer-se tratar nos Kongos e os Angolanos na Namíbia, por falta de hospitais que possam dar um tratamento decente. Por falta de boas escolas, em todos os aspectos, os filhos e filhas dos dirigentes ao serviço dos mundialistas vão formar-se no Ocidente enquanto os filhos e filhas do *zé povinho* ficam sem como saírem do obscurantismo. Todavia, nenhum dos candidatos à presidência está em posição de alterar essa tão vergonhosa situação uma vez eleito presidente, por mais que queira.

As instituições monetárias internacionais e os países ditos doadores, todos têm consciência dos riscos que correm ao concederem empréstimos a ditadores ou a regimes ilegais e ilegítimos. Isto, em vista da *doutrina da dívida odiosa* formulada pelo cidadão russo Aleksandr Naumovich Zak, experto no campo da legislação financeira internacional. Verifica-se que, apesar dos riscos, somas gigantescas são constantemente concedidas em empréstimos a déspotas ou a regimes corruptos, o que condena várias gerações futuras na miséria a mais letal. Vale a pena reconhecer que se os países ditos doadores e instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional continuam a conceder empréstimos a ditadores, é porque sabem ou têm como proteger-se dos riscos tangíveis. Vejamos a *doutrina da dívida odiosa*, segundo Zak, antes de vermos como procedem para se proteger dos riscos.

Se um poder despótico contrai uma dívida, não para satisfazer os interesses do Estado, mas para fortificar o seu regime despótico, para reprimir a população que o combate, etc., esta dívida é odiosa para a população do Estado como um todo. Esta dívida não é uma responsabilidade para a nação; é uma dívida de regime, dívida pessoal do poder que a contraiu e, por consequência, anula-se com a queda do poder que a contraiu.<sup>13</sup>

Repare que a *dívida odiosa* é qualificada de *ilegítima*, o termo *odiosa* sendo utilizado na sua acepção jurídica. A expressão *dívida dos ditadores* é de mais fácil e mais imediata apreensão pelo não jurista. Porém, não é rigorosamente equivalente à expressão *dívida odiosa*. Para Zak, a dívida dos países em vias de desenvolvimento é odiosa na sua totalidade.

A doutrina de Naumovich Zak opõe-se ao princípio de sucessão do Estado, enunciado pela Convenção de Viena (1983) sobre a sucessão dos Estados em matéria de bens, arquivos e de dívidas de Estados. Segundo o perito russo, o governo sucessor pode subtrair-se às obrigações do seu antecessor que lhe incumbiriam normalmente, pois “[Estas] dívidas não respondem a nenhuma das condições que determinam a regularidade das dívidas do Estado, a saber: os fundos disponibilizados pelas dívidas contraídas pelo Estado devem ser inteiramente utilizados na satisfação das necessidades e dos interesses do Estado.”

A doutrina de Zak procura igualmente responsabilizar os credores. Se estes conhecem as intenções do devedor cometem então *um acto hostil ao povo* e expõem-se eles próprios ao risco de não reembolso, declara o experto em legislação financeira internacional. Para outros peritos como King, Khalfan e Bryan Thomas, uma dívida é considerada odiosa se ela é

---

<sup>13</sup> Aleksandr N. Zak, *Les effets des transformations des Etats sur leurs dettes publiques et autres obligations financières* (Effects of the transformations of the states in their public debts and other financial obligations).



simultaneamente caracterizada pelos três critérios seguintes: a) Ausência de consentimento: a dívida foi contraída contra a vontade dos povos; b) Ausência de benefícios: os fundos foram gastos de forma contrária aos interesses da população; c) Conhecimento pelos credores das intenções do devedor. Se não se verifica um qualquer destes três critérios, a dívida deixa de ser odiosa. Porém, se uma dívida é odiosa, é nula e não poderá ser reclamada ao Estado sucessor, quando o regime que a contraiu tenha caído.

A dívida externa contraída pelo ditador José Eduardo dos Santos e o regime corrupto do MPLA é, sem dúvida, uma dívida odiosa, i.e. ilegítima. Por um lado, a dívida é ilegítima porque o Estado angolano representado pelo MPLA é, como vimos atrás, ilegítimo e ilegal, por ser uma instituição mercenária criada por Portugal e essencialmente ao serviço de entidades estrangeiras. Por outro lado, a dívida é ilegítima porque tem unicamente servido para o enriquecimento ilícito de José Eduardo dos Santos, assim como o de seus familiares e amigos. Isto equivale a dizer que a dívida foi contraída sem o consentimento da população Angolana e Cabinda e que os fundos são gastos de forma contrária aos interesses dessa população. E não esqueçamos que o enriquecimento ilícito do ditador Angolano, tal como o de seus familiares e amigos, tem beneficiado da cumplicidade das instituições e países credores que, à luz da verdade, são os beneficiários do reembolso das dívidas contraídas.

### **Método frequentemente em uso para anular os riscos**

A possibilidade de um governo sucessor subtrair-se às obrigações do seu antecessor, isto é, no âmbito da sucessão dos Estados em matéria de dívidas de Estados, torna inevitável o risco de não reembolso. Para que possam anular esse risco, as instituições e países credores são obrigados a controlar ou exercer sua tutela ao mesmo tempo sobre o ditador a ser destituído e o sucessor potencial ou declarado deste último. O sucessor é posto sob tutela para que não tenha a mínima chance de subtrair-se às obrigações do seu antecessor. Eis como as nações Afrikanas se escapam de uma ditadura para cair numa outra! Os Kongoleses escaparam-se da de Mobutu para caírem na de Kabila. Os Angolanos almejam escapar-se da ditadura de José Eduardo dos Santos e o MPLA, mas correm o risco de achar-se numa outra. A menos que abracem o *Congresso Nacional dos Povos de Angola!* As convulsões sócio-políticas pós-eleições sempre foram de grande subsídio tanto para os mundialistas como para as instituições e países credores. Os primeiros ganham, porque os distúrbios significam violência e massacres. Quando o objectivo dos objectivos é diminuir 85%

da população global, já se compreende! Os últimos também ganham, já que as convulsões sócio-políticas permitem aprofundar a submissão do candidato vitorioso por meio de chantagens. Eis, de entre muitas outras, a razão pela qual as eleições presidenciais agendadas para 2017 correm o risco de culminar num acontecimento muito mais sangrento que o **27 de Maio de 1977**. Por conseguinte, conceder empréstimos em milhares de milhões de dólares a um tirano, cujo país é rico em recursos naturais (petróleo, diamantes, coltan, ouro, etc.), prova ser o método mais racista e mundialista de violar não só o direito dos povos Afrikanos à soberania permanente sobre as suas riquezas e recursos naturais, mas também o direito dos nativos ao bem-estar que o desenvolvimento integral garante.

### **O desenvolvimento integral da raça Etíope é temido**

O medo que mais atormenta a elite mundialista Ocidental e todos os fanáticos da suposta supremacia da raça Ariana (ou branca das brancas) é de ver o renascimento da raça Etíope em todos os domínios, muito em particular no científico-industrial. A raça Etíope ou preta é, muito antes da existência da raça branca, a que primeiro habitou e regiu sobre todos os continentes conhecidos. Bons académicos e amantes da verdade como Dr. Gerald Massey, Dr. Cheikh Anta Diop, Dr. Henri Grégoire SJ, assim como Dr. Velu Annamalai e Dr. Yosef Ben-Jochannan dão-nos evidência dessa primogenitura. O surgimento das raças brancas como resultado de perda de pigmentação, muito particularmente a raça branca que emana das montanhas do Cáucaso, trouxe consigo o sentimento ou complexo de inferioridade em vista das realizações magníficas da raça Etíope, de que é oriunda. O mecanismo de compensação, próprio de quem é vítima desse complexo, isto é, a busca forçosa de superioridade, originou o “racismo.” Este sentimento patológico (i.e. o racismo) está na base das conspirações que exterminaram a raça Etíope na Europa, na América e na Ásia. É este mesmo sentimento que está na base da conspiração que visa eliminar do planeta a residual raça Etíope. O medo que um dia esta última se vingue de tudo quanto é vítima desde há mais de três mil anos, eis a origem das conspirações que proibem o desenvolvimento integral em África.

## Conspirações que proíbem o bem-estar Afrikano

O facto de Portugal ter deliberadamente violado os padrões do direito internacional aquando da descolonização (1974-75); ter criado e erguido o MPLA para levar a cabo a cleptocracia (ou governo pelo roubo) que dura há mais de quarenta anos; e ter sido injusto para com Cabinda, apesar do estipulado no *Tratado de Simulambuco* (1885); é uma conspiração que proíbe o desenvolvimento integral e o conseqüente bem-estar em Angola e Cabinda. A menos que Portugal decida pôr termo a essa conspiração, a presença e actividades dos Portugueses em Angola e em Cabinda são de suspeitar. Não esqueçamos que a exterminação da raça Etíope ou preta e o assassinato de 85% da população mundial constituem hoje o objectivo fulcral dos mundialistas ou supremacistas brancos. Portugal, como todos os países membros da União Europeia, deixou de ser um país soberano desde a assinatura do “Tratado de Lisboa” a 1 de Dezembro de 2009. Em termos jurídicos, a presença em Angola da embaixada de Portugal, desde 2009, passou a ser uma presença ilegítima. A representação diplomática da União Europeia (UE), que absorveu a soberania portuguesa, é a única com legitimidade em Angola. Cabe aos Angolanos e Cabindas deixarmos de ser cobardes<sup>14</sup> e defendermos o direito dos povos de Angola, Cabinda e África à existência.

A teoria do *aquecimento climático* é mais uma conspiração que visa proibir o desenvolvimento integral e o bem-estar em terras Afrikanas. No entender dos conspiradores mundialistas, permitir o desenvolvimento em África é incrementar o *aquecimento climático*, o que equivale a dizer pôr em risco a humanidade na sua totalidade. Por outras palavras, impedir o desenvolvimento global em África é salvar a humanidade do enormíssimo perigo que o *aquecimento climático* representa. Se é que compreendemos bem, da África os mundialistas só querem os recursos naturais e não os seus nativos que, por coincidência, pertencem à raça que desde há mais de três milénios os conspiradores vêm pilhando, escravizando e matando. O *Pacto Colonial* Francês, que do Nazismo de Hitler se nutre, é mais uma conspiração que veta o desenvolvimento e o bem-estar em África.<sup>15</sup>

É oportuno e justo querermos saber quem, dos cidadãos Angolanos candidatos à presidência nas eleições marcadas para 2017, pode, melhor do que o *Congresso Nacional dos Povos de Angola*, pôr fim à marcha das conspirações mundialistas que não visam senão o desaparecimento total

---

<sup>14</sup> “Como explicar a cobardia dos Afrikanos que sempre deixam-se abusar e não ousam defender os seus próprios interesses?” Veja este vídeo: <https://youtu.be/jbeYDz7fkgM>.

<sup>15</sup> Veja: [<http://thisisafrica.me/france-loots-former-colonies/>] e este, por Siji Jabbar: [<http://www.thisisafrica.me/city-life/detail-1603/How-France-lives-off-Africa-with-the-Colonial-Pact>].

da raça Etíope. É urgente concretizar o slogan “All Power to the People,” erigindo o *Congresso Nacional dos Povos de Angola*, o *Congresso Nacional dos Povos de Cabinda*, etc.; tecer alianças com as nações protagonistas da Conferência Ásia-África de 1955 em Bandung (Indonésia), em vista de uma política de defesa comum; e juntos erradicar essas conspirações, ou “guerra secreta contra os povos” de Angola, Cabinda e África, que estão a multiplicar-se de modo alarmante. No plano social e cultural, assiste-se a um desmantelamento sócio-familiar, e ao ressurgimento do sagrado, com a multiplicação de seitas religiosas, na sua maioria ocidentais. Há uma perceptível fragmentação nos planos social e cultural, assim como uma profunda destruturação social e o desaparecimento dos valores morais.

Assiste-se também à estruturas hospitalares e de saúde totalmente estragadas, visto que o Estado deixou de ocupar-se do sector da saúde; assiste-se a um desamparo total da população que não dispõe de meios para aceder aos cuidados de saúde (falta de meios financeiros, de meios de transporte, de estradas, etc.); assiste-se, tanto nas zonas rurais como nas urbanas, a uma taxa de mortalidade que atinge níveis assustadores; assiste-se a uma concentração exagerada de tropas nas regiões ricas em recursos naturais, onde a população tem poucos recursos alimentares e onde é abusivamente usada pelos militares; e assiste-se à uma violência própria de negreiros, com a qual o ditador José Eduardo dos Santos e o MPLA ajudam Portugal (UE) a exterminar os povos de Angola e Cabinda.



Monumento de Simulambuco ou símbolo da traição portuguesa?

“All power to the people!”

Gratos pela atenção.

## Bibliografia

- Clash of Civilizations*, por Samuel Huntington.
- Le Franc CFA et l'Euro Contre l'Afrique*, por Nicolas Agbohohou.
- Chroniques du Mondialisme*, por Pierre Hillard.
- The Secrets of the Federal Reserve*, por Eustace Clarence Mullins.
- The Curse of Canaan*, por Eustace Clarence Mullins.
- Peau Noire, Masques Blancs*, por Frantz Fanon.
- None Dare Call it a Conspiracy*, por Gary Allen.
- Save the Congo to Stop World War III*, por Bartolomeu Capita.
- Memoirs of the Secret Services of John Macky, Esq.*, por John Macky.
- Complot Mondial contre la Santé*, por Claire Séverac.
- The Commonwealth of God*, por Lionel Curtis.
- Union Now: A Proposal for an Atlantic Federal Union of the Free*, por Clarence K. Streit.
- Black Terror, White Soldiers: Islam, Fascism & the New Age*, por David Livingstone.
- La Guerre Secrète contre les Peuples*, por Claire Séverac.
- Capital: A Critique of Political Economy*, por Karl Marx.
- Israel et l'Humanité*, por Elie Benamozegh.
- La Kabbale et sa Symbolique*, por Gershom G. Scholem.
- La Cabbale*, por Zevben Shimon Halevi.
- Les Damnés de la Terre*, por Frantz Fanon.
- Le Messianisme Juif: Essais sur la Spiritualité du Judaïsme*, por Gershom Scholem.
- The Duke of Naxos of the House of Nasi*, por Cecil Roth.
- Histoire des Marranes*, por Cecil Roth.
- The Anglo-American Establishment*, por Carroll Quigley.

*Cabinda: Obama's Challenges in Africa*, por Bartolomeu Capita.

*Ancient Egypt: the Light of the World*, por Gerald Massey.

*We the Black Jews: Witness to the White Jewish Race Myth*, por Yosef ben-Jochannan.

*The Natural Genesis*, por Gerald Massey.

*Landraub: Reisen ins Reich des neuen Kolonialismus*, por Stefano Liberti.

*The Secret Relationship between Blacks and Jews*, por The Nation of Islam.

*Pour la Révolution Africaine*, por Frantz Fanon.

*La Férocité Blanche—Des Non-Blancs Aux Non-Aryens : Génocides Occultés De 1492 À Nos Jours*, por Rosa Amelia Plumelle-Urbe.

*An Enquiry Concerning the Intellectual and Moral Faculties and Literature of Negroes*, por Abbé Henri Grégoire, SJ.

*The Black Death: The Great Mortality of 1348–1350—A Brief History with Documents*, por John Aberth.

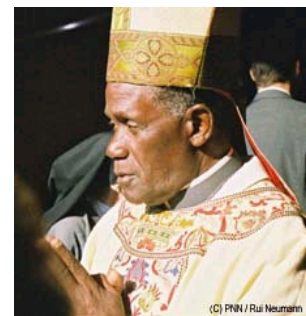
*The African Origin of Civilization: Myth or Reality and Precolonial Black Africa*, por Cheikh Anta Diop.

*A Book of the Beginnings*, por Gerald Massey.

*L'Origine Biblique du Racisme Anti-Noir*, por Doumbi-Fakoly.

*Histoire des Relations Internationales, Tome VI : Le XIXe Siècle, 2ème Partie : De 1871 à 1914, l'Apogée de l'Europe, Chapter V—Le Choc des Impérialismes Coloniaux*, por Pierre Renouvin.

**“Fé é a recusa de ceder.”** – S.E. Dom Paulino Fernandes Madeca

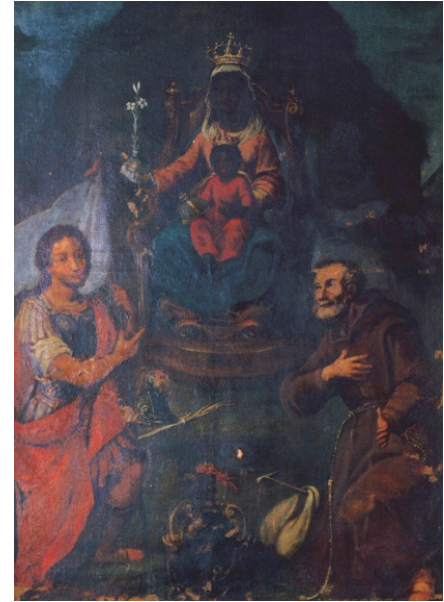




Jesus Cristo e seus Discípulos (Rússia)



Imperador Romano, Carlos V



Virgem Maria e Jesus Cristo (França)



"Yes, the Blacks will one day live like other men. I hope for the Negroes' happiness, well-being and ultimate triumph over racial obstacles."

- Pope Pius XII



Imperador Romano Constantino e Bispos no Concílio de Niceia



Chevalier de Saint-George



Dinastia dos Habsburgos



Filips II

Rei de Espanha, Filipe II (Mestiço)